

## ALUBAR METAIS E CABOS S.A.

(Continuação)



14

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**(v) - Debêntures**

Em 31 de dezembro de 2017, R\$ 31.996 (R\$ 37.203 em 31 de dezembro de 2016), referem-se a emissão de debêntures conversíveis em ações, entretanto apenas 15% do passivo pode ser conversível em ações. Tais valores são vinculados aos projetos da SUDAM com vencimento em 15 de junho de 2023. As debêntures são classificadas como dívida, pois o debenturista não assume riscos referente ao negócio e a conversão dos valores em ações subscritas é limitado em até 15% do valor do passivo, também, é necessário abertura de capital junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para que possa ocorrer tal integralização. As debêntures incorrem em juros fixos sobre o valor contratado e o período para pagamento é determinado em 144 meses, após período de carência encerrado em 15 de junho de 2015.

As referidas operações de debêntures estão contidas no quadro "(i)" FNO Garantido Longo prazo.

**(vi) - Garantias**

A Companhia possui contratos com o Banco da Amazônia nos valores de R\$ 31.474 e R\$ 39.145, tendo como garantias bens patrimoniais no valor total de R\$ 51.003 e R\$ 53.198 respectivamente.

**(vii) - Cláusulas restritivas (covenants)**

A Companhia detém empréstimos bancários que contém em seus contratos cláusulas financeiras restritivas (covenants) que estão sendo cumpridas, através da constituição de reservas de lucro com a finalidade de garantia da exigibilidade - nota explicativa nº 20.

**13 - Obrigações fiscais**

	2017	2016
<b>Impostos a recolher (a)</b>	<b>11.270</b>	<b>19.421</b>
ICMS	1.099	532
IPI	9.959	18.656
IRRF	-	40
ISS	139	99
IOF	73	94
<b>Parcelamentos (b)</b>	<b>29.125</b>	<b>10.551</b>
IRPJ parcelado	682	924
ICMS parcelado	-	-
REFIS parcelado	253	253
IPI parcelado	23.697	8.129
CSLL parcelado	1.733	1.245
INSS parcelado	2.760	-
<b>Contribuições a recolher</b>	<b>926</b>	<b>1.599</b>
INSS terceiros	427	119
PIS/COFINS/CSLL a recolher	127	39
IR a recolher sobre resultado	372	1.441
<b>Contribuição social sobre lucro líquido</b>	<b>877</b>	<b>1.039</b>
Total	42.198	32.611
<b>Circulante</b>	<b>17.218</b>	<b>22.312</b>
<b>Não circulante</b>	<b>24.980</b>	<b>10.298</b>

**a - Impostos a recolher**

O saldo de impostos a recolher é compensado periodicamente com os créditos de PIS e COFINS apurados sobre insumos (nota explicativa nº 8).

**b - Parcelamentos**

Houve aumento em 2017 na conta do Passivo diferido - Impostos federais (IPI, IRPJ e CSLL) adesão realizada com base MP 766 e IN 1752 (PRT e PERT) com prazo de liquidação em 145 meses e Previdenciários (processo ordinário e simplificado) com prazo de liquidação entre 60 e 145 meses.

**14 - Provisões para contingências**

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	2017	2016
Cíveis	30	30
Trabalhistas	18	298
Total	48	328

A seguir o montante dos processos tributários, trabalhistas e ambiental, avaliados pela Assessoria Jurídica da Companhia, classificados como perda estimada possível:

	2017	2016
Tributárias	1.706	1.701
Cíveis	500	-
Trabalhistas	11.491	3.874
Total	13.697	5.575

**Tributária**

As situações apontadas na esfera tributária referem-se à solicitação de revisão de valores registrados como débito da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia pleiteou no ano de 2014 na esfera administrativa o reconhecimento de R\$ 16.057 de créditos tributários de PIS e COFINS, cujo prazo inicialmente não foi atendido, utilizados no curso normal dos negócios. Em 2015 houve êxito em alguns processos, tendo sido deferido R\$ 2.934 e foi glosado definitivamente R\$ 1.032. Em 2017 os demais processos continuam em andamento na base da Receita Federal.

**Cíveis**

As contingências cíveis feitas pela Companhia são decorrentes de processos administrativos em repartições estaduais e litígios com empresas do Estado do Pará.

**Trabalhista**

Em relação às causas trabalhistas, decorrem de ação ajuizada e que estão em nível razoável de liquidação.

**Ambiental**

Existem processos ambientais de longa data que envolvem várias outras empresas, onde a Alubar é responsável solidária. As possíveis responsabilidades não foram individualizadas. Consequentemente, no atual estágio, não é possível indicar com exatidão o valor da perda isoladamente que poderá vir a ser imputado ou não à Companhia.

**15 - Dividendos a pagar**

A seguir a movimentação dos dividendos a pagar da Companhia:

	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro do exercício anterior	9.641	16.287
Distribuição de dividendos adicionais	7.697	1.912
Dividendos pagos	(17.338)	(18.199)
Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios exercício corrente (19.d)	10.697	9.641
Total	10.697	9.641

**16 - Instrumentos financeiros****16.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros****Visão geral**

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como preço do alumínio, taxas de câmbio e de juros, bem como, as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na sua gestão operacional.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, sendo que, esta prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de liquidez; e
- Risco de crédito.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição para o risco acima, seus objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia.

**Estrutura de gerenciamento de risco**

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, e no caso específico da Companhia, o risco refere-se ao alumínio, tanto para o mercado interno quanto para externo, acrescidos da variação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços das matérias-primas utilizadas no processo produtivo e dos demais insumos utilizados.

A Administração acompanha o mercado e suas oscilações, principalmente o mercado externo do preço do alumínio de forma permanente. Visando minimizar este risco, a Companhia procura se antecipar aos movimentos do mercado, utilizando como principal mecanismo as proteções de preços de commodities. Nesse contexto, visando proteger os seus clientes de eventuais variações bruscas de preços de materiais faturados, a Companhia adota a premissa se utilizar da proteção de Hedge - SWAP, baseado todo gerenciamento da proteção em bolsas de preços habilitadas regularmente para tal. Vale dizer que a mesma proteção é utilizada para a compra do metal que é utilizado na produção de seus produtos.

**Risco cambial**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente da contratação de instrumentos financeiros.

Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições (Hedge - SWAP) são estabelecidos pela Administração, de forma que não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

**Exposição a moeda estrangeira**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia não possui operações relacionadas a clientes ou fornecedores com exposição para o risco de moeda estrangeira, sendo tais operações protegidas por hedge.

**Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas pré-fixadas ou pós-fixadas lastreadas em CDI, de forma que, quaisquer resultados oriundos da volatilidade desses indexadores tenham pouco ou nenhum impacto significativo.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.303	88
Aplicações financeiras	5	23.155	3.169
Aplicações Hedge - SWAP	16	4.719	10.306
Empréstimos e financiamentos	12	226.757	202.200
Operações em bolsa	16	7.904	2.101
Total		266.836	217.864

**Análise sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável**

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia baseada em pesquisas externas junto a instituições financeiras, em um Cenário Provável, a taxa CDI, em 31 de dezembro de 2018 será de 6,6% e a TJLP de 6,75%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos em seus resultados, advindos de uma alta na taxa CDI e TJLP de 25% em relação ao cenário possível e 50% em relação ao cenário remoto, como também, mais dois cenários para demonstrar os efeitos inversos com a redução de 25% e 50%, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI geralmente acompanha a variação da taxa SELIC.

As operações da Companhia são indexadas a taxas pós-fixadas, sendo as taxas pós-fixadas por TJLP e CDI. Sendo assim, a Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia conforme demonstrado a seguir:

(Continua)